Eixo Temático: 1 - Teoria da Subjetividade: Discussões conceituais e relações com outros referenciais teóricos

O Racismo, Sofrimento e Adoecimento Psíquico sob o Paradigma Histórico Cultural da Subjetividade

Autora: Mônica Mendes Gonçalves.

Faculdade de Saúde Pública,

Universidade de São Paulo – USP

E-mail: goncalvesmm@hotmail.com;

mnica.gonalves@usp.br

Trabalho Completo

A raça engloba um conjunto de crenças, pensamentos, ideias e estereótipos relacionadas a um conjunto aparente de características físicas dos indivíduos. Para Todorov (1993), a raça se fundamenta pelas seguintes noções: i) os humanos não são todos iguais, a diferença e divisão entre os humanos pode se dar em grandes; ii) o que define e diferencia esses grandes grupos são suas marcas físicas fenotípicas, essencialmente a cor da pele; iii) o pertencimento a um ou outro grupo racial definiria tendências comportamentais e psicológicas e, sobretudo, qualidades estéticas, morais e civilizatórias compartilhadas, as quais se impõem ao indivíduo; iv) os grupos raciais ocupam, um em relação ao outro, uma posição hierárquica de superioridade/inferioridade. Logo, a raça é uma ideia de desigualdades e hierarquia entre os grupos humanos. Nestas formulações, coube ao branco os significantes positivos da beleza, civilidade e moralidade; e ao negro os negativos: feiura, incivilidade e imoralidade (Munanga, 2003).

Embora falacioso e incomprovado dos pontos de vista biológico e genético (Munanga, 2003), os desdobramentos dessa categoria são reais, apontando que, como construção social, ela segue altamente eficaz: estruturando a vida nos planos local e global, moldando a distribuição diferenciada de recursos e poderes, os desejos e temores (Winant). Portanto, se trata de uma relação social que não concerne ao biológico, e sim diz dos sentidos sociais impressos a certas marcas biológicas para fins de exercício de poder (Guimarães, 2009). Para Guimarães (2009), o racismo opera a partir de três dimensões: a) uma cognitiva, que envolve a crença na ideia de raça; b) outra

comportamental, quando o racismo se refere a atitudes e ações dirigidas ao um sujeito ou grupo devido a sua raça; c) por último – mais importante – aquela que concerne à situação estrutural – e estruturante – de desigualdade entre brancos e negros nas sociedades.

É sobre a eficácia da raça que fala o racismo. Numa perspectiva histórico-cultural, o racismo se trata da objetivação da raça. Muito para além de uma ideia, trata-se de um fato social, ou, de outro modo, da organização de um sistema (social, econômico e ideológico) concreto que conforma a sociedade de forma a naturalizar desigualdades socialmente construídas e garantir de maneira inquestionada privilégios materiais e simbólicos aos brancos e subalternidade aos negros.

Essa concepção abre possibilidades de pensar como ele conforma diferente maneiras de ver o mundo e ser no mundo. Ele tem implicações edificantes nas subjetividades sociais e na singularidade de todo e qualquer sujeito: as formações raciais têm impactos estruturantes nas configurações subjetivas (Rey, 2011). Como fenômeno objetificado na e pela cultura, o racismo opera um sistema de significados construídos, adquiridos e acumulados a partir da experiência histórica de muitas gerações. Participa, por conseguinte, dos processos de produção e reprodução da vida humana, os integra, o que impõe pensar necessariamente a apropriação dele mesmo como objeto pelos indivíduos – pois é na chave dialética entre objetivação e apropriação que se dá a (re)produção da cultura.

Exatamente nesse ponto se torna pertinente questionar onde e de que forma se posiciona o indivíduo, já que, este – na medida em que é indissociável da sociedade, com a qual se conjuga numa unidade dialética – compõe, integra e constitui uma dinâmica social atravessada pela particularidade do racismo, o qual acaba por atravessá-lo também. o racismo, como elemento da cultura fulcral da instância de mediação do universal, se inscreve nos sujeitos e conforma singularidades, ou como participa e integra a tessitura de redes e configurações subjetivas. Daí emerge a questão: como a inscrição destas formações raciais acontece nos indivíduos e se manifesta neles? O racismo, como sistema de dominação, se desdobra necessariamente em sofrimento psíquico?

Mas antes, é necessário entender de que paradigma partimos para pensar o gênero humano, como se dá a constituição desses sujeitos na perspectiva aqui defendida. O grande ponto de partida e diferenciação da psicologia social em relação a outras vertentes da psicologia está no lugar destacado que confere ao social na constituição do sujeito. Mais do que um dos elementos ou dimensões que compõem o gênero humano, para a Psicologia Histórico Cultural o social não somente integra os processos formativos

humanos ou participa deles, como é a sua própria substância. Molon (2015) atenta, porém, que mesmo dentro da perspectiva sócio-histórica, as problemáticas teórico, metodológica e conceituais envolvendo os enlaçamentos entre a constituição do sujeito e a formação da subjetividade não estão definitivamente definidas. Nesta proposição teórica, o que unifica todos os autores e conceitos é seu lastro na noção de indivíduo social, no entendimento do indivíduo em unidade dialética com a sociedade e no lastro no pensamento complexo.

Ao abordar a formação do indivíduo, Duarte (2004) cita Marx e Engels para lembrar que a inserção do sujeito nas relações sociais é que determina a multiplicidade e riqueza da individualidade. É na dinâmica entre objetivação e apropriação que se dá formação do indivíduo. Leontiev, que dedicou parte significativa de sua obra a esses conceitos, esclarece que a apropriação é um processo ativo, não reprodutivo. Nela, “processo mediador entre o processo histórico de formação do gênero humano e o processo de formação de cada indivíduo como um ser humano”, está colocado algo para mais além do significado social atribuído pela cultura a cada objeto.

Se a perspectiva epistemológica “materialista histórico-dialética pressupõe a compreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade no desvelamento de sua concretude” (PASQUALI; MARTINS,) o sujeito e os fenômenos que a ele concernem só poderiam ser compreendidos a partir da análise dialética de sua manifestação concreta – ou seja, dos resultados da interação dialética entre as instâncias universal, particular e singular. Na perspectiva de Vygotski (1995), a base de uma postura científica está na superação da descrição aplainada e fenomênica dos fatos, sendo que a explicação deles só pode ser alcançada mediante uma postura que tenha por prerrogativa a busca do entendimento das interações, conexões e sentidos em que a materialidade, objetividade e concretude do fenômeno se amparam e se sustentam.

Como é próprio da vulnerabilidade da espécie humana e sua interdependência, somos um grupo gregário: nos desenvolvemos através da relação com nossos pares, por meio do grupo. É a entrada no grupo e, conseqüentemente, a aquisição da linguagem e a apropriação de outros tantos diversos símbolos, signos e objetos socialmente partilhados pelos grupos humanos que assegura ao indivíduo que qualidades caracteristicamente humanas, asseguradas pela nossa espécie apenas enquanto potência, no plano do devir, se desenvolvam.

Quando falamos de um sujeito com qualidades e potências para humanizar-se, falamos do aspecto genérico do homem, da instância universal deste gênero: enquanto espécie dentro de um conjunto de outras, nos define a possibilidade – inata, a priori, ainda

que socialmente adquirida – de falar; dominar a linguagem; ter uma certa qualidade de pensamento que, justamente pela linguagem, nos possibilita agir com previsibilidade, sintetizar e construir ideias, conceitos e objetos novos a partir de elementos previamente descondensados; da possibilidade de guiar seu pensamento não pelo instinto ou determinação biológica, mas por aquilo que se constrói socialmente como necessidade e conduz o homem a uma ação. Esta, por sua vez, gera e é, ao mesmo tempo, dialeticamente, fruto de sua consciência, de certa categoria de consciência que é própria do homem, justamente por articular atividade e pensamento, ideia e ação.

Tomando-se esta instância, é presumível considerar que todo sujeito humano tem plena capacidade de se desenvolver e todas as possibilidades para isso, pois possui aquilo que está filogeneticamente dado como potência para que todo e cada sujeito possa tornar-se humano em plenitude. Porém, como é fácil reconhecer a olhos nus, somos todos diferentes. Não somos os mesmos porque estamos submetidos a diferentes contingências sociais: é diferente nascer em África ou Ásia, ser homem ou mulher. Sendo brasileiro, é diferente ser nordestino ou sudestino, ser rico ou pobre, ser filho do dono da empresa ou do empregado. Numa sociedade organizada pelo capital, sobremaneira, é fundamentalmente diferente ser dono dos meios de produção ou trabalhador. Numa sociedade esquadrihada pela ideia de raça, em que as formações raciais operam com força igualmente estruturante e determinante à do capital, é diferente ser branco e ser negro. É dessas diferenças de ordem social que dispõem diferencialmente os sujeitos e os hierarquizam numa escala social – determinando, em grande medida, as possibilidades de acesso aos bens construídos e acumulados historicamente por toda a humanidade – que nos fala a instância particular da formação do indivíduo.

É a esta instância, o particular, que atribuímos os significados das coisas. É nela que se ancoram e se assentam os significados socialmente partilhados acerca dos conceitos, fatos, e dados do mundo. Sendo a instância que remete diretamente à cultura, é ela, portanto, a instância de mediação entre as possibilidades universais que todo sujeito humano possui e o que se torna de fato; entre o universal e uma última instância, o singular.

Já esta instância, a do singular, diz respeito àquilo que de idiossincrático figura cada sujeito – ou da configuração idiossincrática de cada indivíduo. O singular trata do que ele se torna concretamente a partir dessas múltiplas determinações, concerne ao peculiar da vida de cada pessoa, do ponto em que a trajetória não repetível ou não reproduzível de cada sujeito se concretiza. Talvez seja a instância cuja compreensão mais

exige complexidade e esforço dialético, já que, ao mesmo tempo que tem por pressuposto seu caráter de singularidade, é também a instância onde se assentam as outras e toda a materialidade que compõe o sujeito em sua totalidade. É a esta instância que se atribui a formação dos sentidos: os significados estão para o particular como os sentidos para o singular.

Assim, os sentidos se forjam da atribuição de uma significação singular a cada elemento ou objeto disposto na sociedade e os significados que lhes são socialmente atribuídos, atribuição operada pelos indivíduos a partir da metabolização de sua experiência concreta, vivida, afetiva. Os sentidos são, em si, o conjunto de complexos individuais que emergem e se formam da apropriação dos significados. Daí que mesmo a construção da individualidade – ou de cada sujeito em sua singularidade, ou seja, da subjetividade – deva ser considerado um processo social. E não somente atravessado pelo social, mas substanciado por ele: o indivíduo tem no social sua própria substância e os fenômenos de caráter subjetivo tem lastro na sociedade.

Dessa perspectiva, e do próprio processo de subjetivação, decorre que nenhuma pessoa – assim como nada que esteja na cultura como forma social – seja estanque, permanente e imutável. Nesse sentido, o processo de formar-se humano, ou, melhor dizendo, tornar-se o humano quem se é, é sempre mercurial, inconcluso, histórico e temporal, por se tratar de um processo que é, em si mesmo, um processo de transformação permanente.

Compreender os impactos dos sistemas raciais na formação dos indivíduos e de seus sofrimentos exige compreender como a categoria raça se construiu como categoria social na história, e os desdobramentos e impactos decorrentes deste processo. Embora hoje pareça óbvio que sejamos todos classificados dentro de uma matriz racial de pensamento que categoriza os sujeitos e grupos humanos como negros e brancos – entre outros – nem sempre a raça existiu. Ela é uma formação sócio-histórica. Conceber a raça como construção social e histórica implica entender como ela se torna um objeto social, imbuído de significados socialmente partilhados por aqueles que integram a sociedade, um código assimilado e internalizado por cada indivíduo e que se transmite de uma geração a outra através da cultura mediante processos de objetivação e apropriação – participando de ancoragens (ancorando ou sendo ancorada) em processos sociais diversos, mais amplos, não necessariamente concernentes à raça.

A raça, sendo categoria social e, obedecendo ao princípio da dialética, abarca contradições e está em constante disputa. Ela comporta uma polissemia (Bakhtin, 2006)

em que se confrontam conteúdos negativos e positivos; práticas de sujeição e de resistência e emancipação. Há uma grande diversidade de formas que a raça assume, o que impede de resumi-la a um único significado (negativo). Ademais, diferentes possibilidades de experiência concreta do sujeito racializado são presentes e determinantes no modo como ele a apreende e a significa – ou seja, como ela está colocada para cada sujeito singular na indivisibilidade e idiossincrasia da concretude de sua existência (Pasqualini & Martins, 2015). Raça e racismo não podem nunca chegar a uma síntese única para todos: a atribuição de um sentido singular à experiência racial não será mera reprodução dessa categoria na esfera do pensamento, mas sim uma representação mediada por instâncias do pensamento e da ação que envolvem a totalidade do sujeito concreto.

Como qualquer elemento que se situe na dinâmica social, raça é um conceito aberto, fluido, instável, mercurial (Fields, 1982) em permanente transmutação e sempre sujeito à interferência de outras marcas e signos sociais aos quais se conjuga, como classe, gênero e origem ou nacionalidade. Justamente por ser aberta, fluida e sempre permeável a dinâmica social e os tantos diversos fatores que a compõem, não pode ser resumida a um único conceito. Como categoria nativa, muitas raças coexistem e convivem cotidianamente nas vidas das pessoas e instituições. A raça, sendo categoria social e, assim, obedecendo ao princípio da dialética, abarca contradições e está em constante disputa – em que se confrontam valores negativos e positivos; práticas de sujeição e, igualmente, de resistência e emancipação.

Há uma grande diversidade de formas e significados que a raça assume, dispostos pela cultura, o que impede de atribuir a ela ou resumi-la a um único significado. Muito mais que um significado, há uma polissemia em torno desta noção (BAKHTIN; VOLISHINOV, 2006): há a raça como substrato biológico, há a raça como categoria social de desigualdade, há a raça como sinônimo de pobreza, há a raça como identidade, forma cultural e identitária, ou como conjunto de práticas que conformam uma unidade étnica definida. O entendimento de que a raça pode, para diferentes pessoas e grupos – assim como em diferentes lugares e momentos históricos – possuir representações distintas e de que os núcleos dessas representações podem estar associados a noções fundamentalmente diversas também nos leva a considerar que os modos como, enquanto objeto, será apreendida, não pode nunca mesmo chegar a uma síntese única para todos os sujeitos. Logo, não existe um único significado para a raça disponível enquanto objeto a ser apropriado. Segundo, a raça não é a única instância de mediação que constitui o

indivíduo. Da forma análoga, ser negro não poderá significar o mesmo para todo o contingente de pessoas negras. Estar em contato com os movimentos sociais, com discursos políticos militantes, ou inserido no contexto da academia, ou dos grupos supremacistas brancos, determina formas particulares de mediação, e, por conseguinte, inúmeras possibilidades de apreensão e singularização deste conceito na vida concreta de cada grupo e indivíduo.

Terceiro: a raça não será imediatamente reproduzida no indivíduo exatamente a maneira como está socialmente estabelecida. É ao desdobramento disso que se assiste, por exemplo, nas organizações sociais negras, grupos políticos e uma série de agrupamentos culturais, assim como em um conjunto de sujeitos, nos quais, a despeito das formações históricas, assiste-se a construções subjetivas – sociais ou individuais – e identitárias em que a raça está positivada, e ser negro associa-se a elementos valorizados como beleza, poder, força, uma série de outras qualidades que (con)correm à revelia do significado hegemônico socialmente construído para a negritude. Quarto: os fenômenos complexos que concernem ao racismo e sofrimento não podem ser consubstanciados a uma esfera da vida dos indivíduos ou coletividades de maneira direta ou exclusiva, ou seja, outras categorias do particular que integram a vida social – e, por conseguinte, a das pessoas – servem como apoio para a apreensão, elaboração e ressignificação daquilo que está disposto como referencial semântico e/ou possibilidade de significação para os sujeitos e grupos. Na vida de cada pessoa interagem os significados socialmente construídos acerca da raça, os sentidos pessoais construídos acerca dessa categoria, e os modos como estas interagem com um conjunto de outras formas e elementos que com ela integram a esfera das particularidades. Os elementos que compõem este conjunto que interage (entre si e com as outras instâncias), estão igualmente presentes na constituição e organização do sujeito concreto.

Gonzalez Reis sintetiza essa ideia quando diz: “A realidade do homem nunca é uma realidade objetiva definida por algum referente externo à experiência do próprio homem, e sim uma realidade produzida em seus tons e desdobramento simbólico-emocionais – segundo a configuração subjetiva em que essa vivência se organiza” (p. 113). A apropriação não se refere a uma mera reprodução individual de um conjunto de objetos materializados pela prática social objetivadora. Fosse assim, nem mesmo a singularidade existiria, nem mesmo o indivíduo, tampouco o que chamamos de subjetividade.

Nesse sentido, ainda que os valores e experiências relativos a raça não sejam (ainda) suficientes para subverter a lógica de dominação vigente, são potencialmente capazes de produzir rachaduras, novos significados, os quais mediarão possibilidades (outras) de objetificação deste conceito e, conseqüentemente, (outras) formações subjetivas e sociais.

A afirmação de que o racismo necessariamente leva ao adoecimento, só poderia ser abstraída da indiferenciação entre as categorias subjetividade e sofrimento. Sobretudo, trata-se da indiferenciação (epistemo)lógica entre o campo social, que é o da sociologia, e o da subjetividade, que embora englobe o campo social, não pode ser resumida a ele. frequentemente os desdobramentos da experiência racial têm sido identificados dentre daquilo que convencionou-se entender como manifestações de saúde-doença, entendidos, nesta lógica, como efeitos psicossociais do racismo. Esses desdobramentos se tratariam de um sofrimento-adoecimento, abarcando um espectro grande e diverso de manifestações humanas que vão desde aquilo que se nomeou (e se entende) como sentimento de inadequação, baixa autoestima, ansiedade em diversos graus, incluindo quadros ou episódios que vem sendo socialmente designados ou compreendidos como depressão, surtos, esquizofrenias ou suicídio – os quais poderiam ser traduzidos, mais genericamente, na linguagem médico-psiquiátrica, como transtornos mentais graves.

A subjetividade diz de um arranjo particular que é integrante e constitutivo de todos os sujeitos humanos. Os conteúdos que compõem essa esfera, por sua vez, é que dizem de cada indivíduo em seu lugar singular. Subjetividade seria um “sistema em desenvolvimento sensível à cultura e as redes de práticas simbólicas que definem a vida social do homem” (2011, p. 100). Nesse sentido, o sofrimento não se diferencia, enquanto processo subjetivo, de qualquer outra criação, manifestação ou processo social do sujeito singular. Aqui, cabe questionar como, de que formas e por que o sofrimento tem sido tomado como sinônimo de adoecimento, e a ideia de que um necessariamente um leva a outro. E, neste contexto (embora, não só nele), cabe contestar a própria noção de doença.

Ainda que adotássemos a ideia de que esses fenômenos descrevem adoecimento(s): é possível atribuir a qualquer adoecimento causas diretas? Não seria o adoecimento, de forma análoga à raça e à formação das subjetividades, um fenômeno social atravessado por mediações? Assim, se as complexas relações e mediações que os sistemas raciais oferecem e compõem no entendimento e percepção de saúde de cada um estão envolvidos na máxima que diz que racismo adoecce, ainda que afirme algo – apenas parcialmente, em certa medida – verdadeiro, não nos ajuda em nada a compreender de

que forma, os meios como essa equação opera. Quando compreendido como fenômeno social, há pouco espaço para pensar a doença sob essa lógica. Almeida Filho (2011), na sua concepção sobre este conceito, adverte, ao aceitarmos os fenômenos da saúde-doença como processos sociais, históricos – e por isso mesmo, fragmentados, conflitantes, dependentes e incertos – é preciso gerar dispositivos interpretativos e abordagens igualmente complexos, que faça, jus à magnitude da complexidade que envolve os processos referentes à vida e adoecimento – e tudo mais nesse interim – dos grupos humanos.

É mister reconhecer que os sistemas raciais são edificantes na formação de todo e cada sujeito como forma social. Considerar, porém, que o racismo necessariamente leva todo sujeito negro a uma condição irrefutável de sofrimento e, sobretudo, adoecimento (geral ou psíquico), parece desconsiderar o fato de que a apreensão desse sistema se faz por mediações.

Considerar que o racismo teria a mesma magnitude e impacto na vida de todas as pessoas negras seria, mais uma vez, tomá-los por iguais. Portanto, além de um raciocínio que rompe com princípios epistemológicos próprios das ciências sociais e humanas e seus objetos, institui ainda uma forma de racialização por reiterar a circunscrição do negro exclusivamente ao lugar subordinado à raça. Segundo Gonzalez Rey, subsumir o indivíduo e os processos que concernem ao singular no entendimento dos processos subjetivos trata-se de uma tendência de eliminar o sujeito e, com ele, sua história, identidade e seu movimento de resistência frente aos espaços sociais simbólicos. Sendo nesses espaços que desenvolve suas práticas e sua existência concreta, é neles também que se produziram novas configurações subjetivas e novos modos de existir. Porém, no raciocínio em que a dimensão singular está suprimida, elimina-se também o espaço fundamental onde está a possibilidade de subversão do dominante. Ainda para este autor, “em qualquer contexto social, a pessoa é capaz de gerar alternativas de subjetivação que podem levar à gênese de novos espaços de subjetividade e da ação social” (González Rey, 2011, p. 116).

Este raciocínio pode ainda abrir a possibilidade de pensarmos mais uma questão: a medicalização da nossa sociedade, já que os sofrimentos ou toda a ordem de vivência operadas pelo racismo, deixam de ser pensadas como fenômeno social, da experiência humana em sociedade, e passam a ser instituídas a partir dos parâmetros médicos de saúde-doença. Observa-se, nessa operação, a impossibilidade de pensar o as consequências psíquicas ou psicológicas do racismo – que são também sociais, políticas

e históricas. Neste sentido, embora essas vertentes que busquem dar inteligibilidade ao fenômeno do racismo e seus impactos psicossociais, certamente elas muito mais descrevem e revelam o mundo em que estamos: medicalizado, que busca explicações ontológicas para fenômenos de ordem social, e acaba por bascular entre as teorias do indivíduo e as da sociedade, incapazes de construir raciocínios que engendrem a complexidade que está na composição e movimento dialético entre estas duas instâncias.

Barata diz: “as explicações históricas apresentam uma ruptura com o paradigma da causalidade e do risco [...], adotando o conceito de determinação social, ou seja, processos de determinação histórica e social regidos pela lei da dialética que estabelecem os limites dentro dos quais os fenômenos [...] podem ocorrer. Porém, a determinação social implica aceitar que cada domínio da realidade apresenta processos mediadores que interferem com a emergência de novas características [...] de modo que a consequência, em termos de saúde e doença, será sempre a resultante de um processo de determinação-mediação. Adotar esse tipo de explicação teórica significa romper com a concepção linear de causalidade e abandonar qualquer pretensão de identificar cadeias de causa-efeito entre características ou indicadores sociais e problemas de saúde” (BARATA, 2009, p. 24-25).

Assim, a Psicologia Histórico-Cultural, enquanto epistemologia, nos ajuda a compreender que a experiência da negritude não pode ser reduzida – e, assim, alienada – à do racismo. Mas isso não deve acomodar: cabe (também) a Psicologia Social combater os sistemas raciais, promover atividades concretas cuja finalidade seja a eliminação total e absoluta do racismo – importante quando, antes disso, reconhecer que todos os negros sofrem racismo é uma tarefa inconclusa no país da “democracia racial”, avesso, ainda, a reconhecer-se racista. Como práxis, cabe a este campo, na produção das epistemologias que a sustentam, tomar como horizonte ético-político a construção de uma sociedade sem hierarquias, em que a possibilidade de forjar-se sujeito nas máximas potencialidades ontológicas seja igual para todos.

Palavras-Chave: Racismo, Subjetividade, Saúde.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2011.

BARATA, R. B. **Como e Por que as Desigualdades Fazem Mal à Saúde.** Rio de Janeiro, Fiocruz, 2009.

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Hucitec, 2006.
- DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: O ser humano na Psicologia de A. N. Leontiev. **Cad. Cedes, Campinas**, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004.
- FIELDS, Barbara J. Ideology and Race in America History. In: KOUSSER, J.; MCPHERSON, M.; JAMES, M. **Region, Race and Reconstruction**. New York, Oxford University Press, 1982.
- GONZALEZ REY, F. **Subjetividade e saúde: Superando a clínica da patologia**. São Paulo, Cortez, 2011.
- GUIMARÃES, A.S.A. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo, Editora 34, 2009
- MOLON, S. I. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vigotski**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2015.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, **PENESB-RJ**, 5 nov. 2003.
- PASQUALINI, J.C.; MARTINS, L.M. Dialética singular-particular-universal: Implicações do Método Materialista Dialético Para a Psicologia. **Psicologia e Sociedade**, v. 2, n. 27, pp. 362-371, 2015.
- TODOROV, T. **Nós e os Outros**. A Reflexão Francesa sobre a Diversidade Humana. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1993.
- WINANT, H. **The word is a ghetto: Race and democracy since Word War II**. Nova York, Basic Books, 2001.